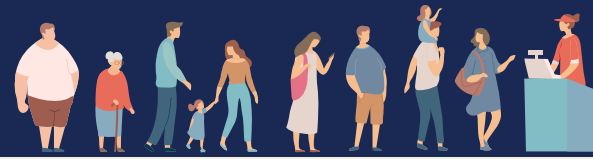


AVALIAÇÃO DE SOLVABILIDADE PARA OS CRÉDITOS DE BAIXO VALOR: A CHAVE PARA EVITAR O SOBRE ENDIVIDAMENTO

Abril 2022



O crédito pode ajudar os consumidores a cobrir as despesas que exijam um investimento inicial elevado ou que sejam inesperadas, como a compra de uma máquina de lavar. Ao mesmo tempo, os créditos não podem nem devem substituir uma rede de segurança social para cobrir as despesas com necessidades essenciais.

A capacidade do consumidor em pagar o crédito determina se este é a solução mais adequada. **O crédito incomportável não é benéfico para o consumidor** pois irá, muito provavelmente, criar uma rutura no orçamento em vez de o equilibrar. Por esta razão, **a avaliação da solvabilidade é crucial para evitar os riscos de sobre-endividamento.**

As negociações em curso quanto à revisão da Diretiva de crédito aos consumidores (Consumer Credit Directive – CCD) geraram diversas discussões acerca da avaliação da solvabilidade, em especial para os créditos de baixo valor. Estes créditos têm sido regularmente apresentados como sendo de baixo risco para o credor. Este documento visa responder às questões-chave levantadas no debate e apresenta recomendações para uma fiável avaliação de solvabilidade nos créditos de baixo valor.

Os créditos de baixo valor são de risco para o consumidor?

O risco de um crédito é sempre proporcional ao volume do orçamento geral de um consumidor. Os créditos de baixo valor, em específico, visam os consumidores vulneráveis que têm orçamentos reduzidos e para quem é fundamental que haja um enquadramento sólido de proteção do consumidor. Os dados do Eurostat [1], de outubro de 2021, reativos à pobreza confirmam que “cerca de uma em cinco pessoas na UE estavam em risco de pobreza ou de exclusão social”, o que significa concretamente que estas pessoas lidam com um orçamento desequilibrado ou um orçamento que não é capaz de fazer face a despesas imprevistas. No atual contexto de inflação, a exclusão social poderá aumentar ainda mais. Os dados de um estudo recente da Finance Watch [2] indicam que os utilizadores de produtos de pagamentos faseados (buy-now-pay-later – BNPL) são habitualmente consumidores que não conseguem empréstimos pelos canais regulares e/ou consumidores sem capacidade de poupança ou de planeamento financeiro.

Os créditos de baixo valor são muitas vezes multiplicados: um segundo crédito de baixo valor é adicionado para cobrir o pagamento do primeiro, e assim sucessivamente. Por exemplo, na República, 80% dos consumidores de rendimentos baixos que usam o crédito rápido (*payday loan*) tendem a prolongar ou a contrair múltiplos créditos desse tipo devido às dificuldades financeiras [3]. Na Suécia, cerca de 70% dos contraentes de créditos abaixo de €195 já tinham créditos em curso na mesma instituição de crédito[4]. Como os créditos de baixo valor são usados maioritariamente por consumidores com orçamento reduzido e são habitualmente multiplicados, estes créditos são de risco e devem, por conseguinte, ser regulados.

Coligação Europeia de ONG'S sobre a Diretiva de crédito ao consumo



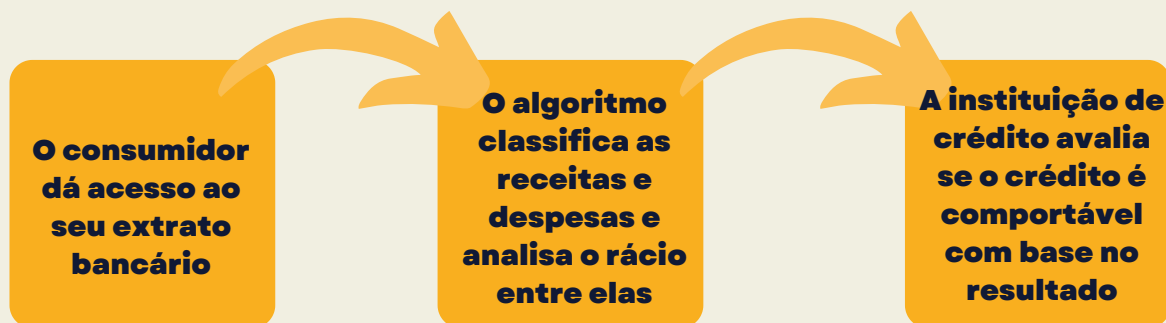
Para um mercado de crédito justo, seguro e inclusivo

Como pode ser feita a avaliação de solvabilidade sem aumentar o custo dos créditos de baixo valor?

Muitas vezes, a avaliação de solvabilidade para os créditos de baixo valor não é do interesse da instituição de crédito. É considerada dispendiosa, e, em alguns casos, são gerados lucros com a incapacidade do consumidor em pagar as prestações atempadamente ou em respeitar criteriosamente os termos e condições originais. Por exemplo, para alguns prestadores de BNPL, os encargos relacionados com os pagamentos em atraso têm um peso significativo nas suas receitas. Além disso, os modelos de negócio de créditos rápidos são desenhados para beneficiar da incapacidade dos consumidores de reembolsar os créditos. Aumentam os seus lucros com taxas elevadas de penalizações financeiras e comissões de prolongamento.

O Open Banking pode permitir uma avaliação de solvabilidade custo-eficiente para créditos de baixo valor. Toda a informação relevante acerca dos rendimentos e despesas está nos extratos bancários dos consumidores. Estes dados podem ser analisados e agregados de acordo com o RGPD [ver caixa). De acordo com a Tinka, um prestador neerlandês de BNPL, este tipo de avaliação de solvabilidade pode ser feito em menos de 60 segundos, com custos, para a instituição de crédito, a variar entre os 50 cêntimos e €1.

Avaliação de solvabilidade com o open banking



1) https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=File:People_at_risk_of_poverty_2020_WEB1_FINAL.png

2) Finance Watch Study, <https://www.finance-watch.org/wp-content/uploads/2022/03/CDD-consumer-credit-directive-rootcause-overindebtedness.pdf>.

3) Finance Watch Study, <https://www.finance-watch.org/wp-content/uploads/2022/03/CDD-consumer-credit-directive-rootcause-overindebtedness.pdf>.

4) <https://www.fi.se/contentassets/43a41c2a3077468b875858c3e7d300e0/svenska-konsumtionslan-2020-eng.pdf> p. 21.

Uma verificação simples de bases de dados de créditos ou uma verificação leve de créditos não seria suficiente?

Confiar apenas nas bases de dados de crédito ou nas chamadas verificação leve de créditos é problemático pois a informação-chave é deixada de parte. Por vezes, as bases de dados de créditos não incluem a informação de créditos de baixo valor (p.e. a *Dutch Bureau Krediet Registratie* (BKR) inclui um limite de registo de EUR 250 abaixo do qual não existe a obrigação de registar o crédito ao consumidor) e não apresentam a informação completa quanto aos rendimentos e responsabilidades do agregado familiar [5]. Os Membros do BEUC, OCU e Which?, também encontraram frequentes erros nas bases de dados [6].

As verificações leves de créditos são muito usadas pelos prestadores de BNPL para verificar apenas os fluxos de pagamentos nas suas plataformas. Quando um consumidor utiliza múltiplas plataformas ou combina um BNPL e um crédito rápido, não se obtém o panorama completo. Pior ainda, a Which? Demonstra que as verificações leves de crédito transmitem ao consumidor uma falsa sensação de segurança quanto a ter controlada a sua capacidade de reembolsar os créditos [7].



5) BEUC, The Never-Ending European Credit Data Mess, 2017, p. 31-37.

6) <https://www.which.co.uk/news/2019/12/one-in-five-people-have-an-error-on-their-credit-report/> and <https://www.ocu.org/dinero/prestamos/noticias/salir-registro-morosos>. For more information about credit databases, please consult: https://www.beuc.eu/publications/beuc-x-2017-111_the-never-ending-european-credit-data-mess.pdf

7) <https://www.which.co.uk/news/2022/01/it-doesnt-feel-like-youre-committing-to-a-credit-agreement-which-calls-for-stronger-safeguards-for-buy-now-pay-later-shoppers/>

Uma simples declaração do consumidor não seria prova suficiente da avaliação de solvabilidade?

Regularmente, as instituições de crédito baseiam-se exclusivamente nas declarações do consumidor sem requerer provas adicionais dos seus dados financeiros. Um exercício de cliente mistério levado a cabo pela vzbv, um Membro do BEUC, acerca de créditos concedidos nos pontos de venda (p.e. em grandes lojas de móveis), mostra que aos consumidores era muitas vezes requerida apenas a sua identificação para aceder ao crédito [8]. Noutro exercício de cliente mistério conduzido para um estudo da Finance Watch mostra que em 58% dos casos não era solicitado que os consumidores apresentassem documentação que comprovasse a veracidade da informação prestada [9].

As avaliações de solvabilidade deveriam exigir sempre meios de comprovação e ser devidamente documentadas permitindo a aplicação dos requisitos regulamentares [10]. Em caso contrário, existe um risco elevado de que a informação prestada não seja correta e conduza a um resultado incorreto na avaliação. Uma decisão, de 2014, do Tribunal de Justiça da União Europeia indicava que o Artigo 8.º da versão atual da CCD "... deve ser interpretado, por um lado, no sentido de que não se opõe a que a verificação da solvabilidade do consumidor seja efetuada apenas a partir das informações por este fornecidas, desde que essas informações sejam em número suficiente e que as meras declarações deste sejam acompanhadas de documentos comprovativos, e, por outro lado, que não impõe ao mutuante proceder a controlos sistemáticos das informações fornecidas pelo consumidor" [11].

Este nível de responsabilidade das instituições de crédito deve também ser refletido em geral no grau de solvabilidade. A formulação sugerida na proposta legislativa da Comissão Europeia para a revisão da CCD (e implementada para o crédito hipotecário) deve, por conseguinte, ser mantida ("a avaliação de solvabilidade indica que as responsabilidades resultantes do contrato de crédito serão muito provavelmente cumpridas"). Ao invés, requerer apenas que "não haja dúvida significativa de que as responsabilidades resultantes do contrato de crédito serão cumpridas" deixará demasiado espaço para interpretações (p.e. que tipo de dúvida será "significativa").

8) https://www.vzbv.de/sites/default/files/downloads/2020/03/02/20-03-02_marktwaechteruntersuchung_kreditvermittlung_im_einzelhandel.pdf, p. 38.

9) Finance Watch Study, Graph 20, p.21, <https://www.finance-watch.org/wp-content/uploads/2022/03/CDD-consumer-credit-directive-rootcause-overindebtedness.pdf>

10) EBA Guidelines on Loan Origination: SA v Ingrid Bakkaus and Others <https://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?docid=169997&doclang=EN>

Uma avaliação de solvabilidade rigorosa conduzirá à exclusão financeira ou a créditos ilegítimos?

O crédito não é a solução para todos os problemas financeiros e não pode substituir sistemas de apoio públicos para os consumidores que enfrentam dificuldades sociais. Quando o crédito é incomportável, não deve ser concedido. São necessárias uma supervisão e uma aplicação regulamentar rigorosas para garantir que não haja venda enganosa de créditos.

Por outro lado, existem atualmente casos em que os consumidores não têm acesso ao crédito, apesar de terem orçamentos sólidos, devido à discriminação. Por exemplo, há consumidores que vêm o acesso negado tendo por base o seu historial médico. A AK e a vzbv, Membros do BEUC, também reportaram casos em que os consumidores são discriminados devido à idade ou género e com base em *proxies* (p.e. códigos postais indicando que o consumidor reside em determinado bairro), o que pode levar indiretamente a discriminações baseadas na raça ou origem étnica, mas que são difíceis de provar na prática [12]. O “prémio de pobreza”, que é a discriminação contra pessoas de baixos rendimentos, está muito bem documentada no Reino Unido graças à “*Fair by Design*” [13]. A “*Fair by Design*” sublinha que “O crédito era caro quando [o consumidor] tinha baixo rendimento, seja de que tipo o crédito. Um cartão de crédito *sub-prime* custa cerca de mais £200 por ano e os créditos pessoais custam mais £500.” [14]. Aplicar regras rigorosas proibindo o uso de dados pessoais sensíveis, em linha com o RGPD, evitará a discriminação e, por isso, melhorará a inclusão financeira.

Coligação Europeia de ONG's para a Diretiva de crédito aos consumidores

Para um mercado de crédito justo, seguro e inclusivo



Para mais informações, contacte: info@financialinclusionseurope.eu

12) See also Finance Watch study <https://www.finance-watch.org/wp-content/uploads/2021/04/Consumer-credit-market-study-V13.pdf>, p. 18/19.

13) <https://fairbydesign.com/wp-content/uploads/2020/11/The-poverty-premium-A-Customer-Perspective-Report.pdf>

14) <https://fairbydesign.com/poverty-premium-research-turn2us/>